

STJ00115593

20
23

QUINTA EDIÇÃO

*Maria
Luiza* **Machado
Granziera**

Direito *de* Águas

**Disciplina Jurídica
das Águas Doces**

 EDITORA
FOCO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G765d Granziera, Maria Luiza Machado
Direito de Águas: disciplina jurídica das águas doces / Maria Luiza Machado
Granziera. - 5. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2023.
304 p. ; 16cm x 23cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-606-5
1. Direito. 2. Direito Ambiental. 3. Direito de Águas. I. Título.
2022-2646 CDD 341.347 CDU 34:502.7

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito Ambiental 341.347
2. Direito Ambiental 34:502.7

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	XVII
-----------------	------

PARTE I NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁGUA

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	3
1.1 Noção de direito de águas	3
1.2 Conceitos relativos ao direito de águas.....	5
1.2.1 Água.....	5
1.2.2 Água e recurso hídrico	7
1.2.3 Ciclo hidrológico.....	9
1.2.4 Corpo hídrico: rio, corrente, curso de água	10
1.2.5 Leito	12
1.2.6 Margens internas e externas	13
1.2.7 Nascente	13
1.2.8 Foz.....	14
1.2.9 Aquífero.....	15
1.2.10 Lago e lagoa. Águas estáticas.....	16
1.2.11 Bacia hidrográfica	16
1.2.12 Gestão de recursos hídricos.....	17
1.2.13 Potencial de energia hidráulica	18
1.2.14 Terrenos de marinha.....	18
1.2.15 Terrenos reservados.....	19
1.2.16 Praias fluviais	20
1.2.17 Efluente.....	20
1.3 Outros conceitos.....	20
1.3.1 Água de jusante	20

1.3.2	Água potável	20
1.3.3	Água salobra	21
1.3.4	Água Salina	21
1.3.5	Águas servidas	21
1.3.6	Água superficial.....	21
1.3.7	Balanço hídrico	21
1.3.8	Drenagem.....	22
1.3.9	Eclusa.....	22
1.3.10	Lençol freático.....	22
1.3.11	Meio ambiente.....	22
1.3.12	Montante	23
1.3.13	Qualidade da água	23
1.3.14	Talvegue.....	23
1.3.15	Turbidez.....	23
1.3.16	Vazão.....	23
1.3.17	Zona semiárida.....	24
1.3.18	Zona úmida.....	25
2.	PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	27
2.1	Conceito de princípio	27
2.2	Princípios.....	29
2.2.1	Meio ambiente como direito humano.....	29
2.2.2	Desenvolvimento sustentável	31
2.2.3	Prevenção	34
2.2.4	Precaução	36
2.2.5	Cooperação.....	38
2.2.6	Participação	42
2.2.7	Valor econômico da água.....	43
2.2.8	Poluidor-pagador e Usuário-pagador.....	44
2.2.9	Protetor-recebedor.....	47

2.2.10	Bacia hidrográfica como instrumento de planejamento e gestão...	48
2.2.11	Equilíbrio entre os diversos usos da água.....	50
2.3	Elementos da implementação das políticas de águas	53
2.3.1	Capacitação.....	53
2.3.2	Governança.....	54
3.	DIREITO HUMANO À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	57
3.1	Considerações gerais.....	57
3.2	O reconhecimento do direito humano à água no contexto internacional	58
4.	BREVE HISTÓRICO DO TRATAMENTO JURÍDICO DA ÁGUA	69
4.1	Direito romano	69
4.2	Idade média.....	71
4.3	Ordenações	72
4.4	Constituições brasileiras anteriores	72
4.4.1	Constituição do Império de 25-3-1824	72
4.4.2	Constituição Republicana de 24-2-1891	72
4.4.3	Constituição Republicana de 16-7-1934	72
4.4.4	Constituição Republicana de 10-11-1937	74
4.4.5	Constituição Republicana de 18-9-1946	75
4.4.6	Constituição Republicana de 24-1-1967	75
4.4.7	Emenda 1, de 17-10-1969, à Constituição Republicana de 1967....	76
5.	COMPETÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	77
5.1	Conceito.....	77
5.2	Competências legislativas.....	77
5.2.1	Competência privativa da União	77
5.2.2	Competências concorrentes.....	81
5.3	Competências administrativas ou materiais.....	83
5.3.1	Competências comuns.....	84

6. DOMÍNIO E USO DA ÁGUA	87
6.1 Publicização da água: finalidade e sentido	87
6.2 Domínio da União	89
6.3 Domínio dos Estados	92
6.4 Uso da água como bem público.....	94
6.4.1 Uso comum.....	94
6.4.2 Uso privativo de bem público.....	97
7. ÁGUAS NO DIREITO DE VIZINHANÇA	99
7.1 Direito de vizinhança	99
7.2 Águas pluviais	105
8. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	107
8.1 Caracterização e problemática.....	107
8.2 Domínio e gestão.....	108
8.3 O papel do CNRH na gestão das águas subterrâneas	111
8.4 Desafios a transpor na gestão das águas subterrâneas.....	114

PARTE II

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

9. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	121
9.1 Políticas de águas.....	122
9.1.1 Código de Águas	123
9.1.2 Antecedentes da Política Nacional de Recursos Hídricos	125
9.2 Fundamentos da PNRH.....	126
9.3 Objetivos da PNRH.....	127
9.4 Diretrizes gerais de ação para implementação da PNRH	129
9.5 A ausência da dimensão ambiental da água na PNRH	133
10. USO DE RECURSOS HÍDRICOS	135
10.1 Conceito de uso.....	135
10.2 Aspectos Legais e Institucionais dos Usos de Recursos Hídricos.....	136

10.2.1	Saneamento básico	136
10.2.2	Agricultura, irrigação e pecuária.....	145
10.2.3	Pesca, aquicultura, piscicultura e carcinicultura.....	148
10.2.4	Indústria.....	149
10.2.5	Navegação.....	151
10.2.6	Usos culturais e recreativos.....	153
10.2.7	Energia elétrica.....	153
10.2.8	Mineração	154
10.3	O Papel do direito na definição dos usos da água.....	154
11.	PLANEJAMENTO DO USO	157
11.1	Instrumentos de planejamento do uso da água	157
11.2	Planos de recursos hídricos	160
11.3	Enquadramento de corpos hídricos em classes, segundo os usos preponderantes da água.....	165
11.4	Sistemas de informações sobre recursos hídricos.....	178
12.	CONTROLE ADMINISTRATIVO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	181
12.1	Poder de polícia das águas	181
12.1.1	Estabelecer regulamento.....	187
12.1.2	Fiscalizar e aplicar penalidade	188
12.1.3	Manifestação no caso concreto.....	188
12.2	Outorga de direito de uso de recursos hídricos	189
12.2.1	Competência administrativa para conceder a outorga.....	191
12.2.2	Usos passíveis de outorga	196
12.2.3	Natureza jurídica das outorgas	199
12.2.4	Hipóteses de suspensão da outorga na Lei 9.433/97.....	203
12.2.5	Usos prioritários	204
12.2.6	Prioridades de Outorga	205
12.2.7	Delegação de competência sobre as outorgas.....	205
12.3	CrITÉRIOS e limites para a emissão da outorga.....	206

12.3.1	Vazão outorgável, vazão de referência e vazão ambiental.....	207
12.4	O sistema de outorgas em regiões de escassez hídrica.....	211
12.4.1	Marcos Regulatórios.....	214
12.4.2	Alocação Negociada da Água	215
13.	INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DAS POLÍTICAS DE ÁGUAS.....	219
13.1	Cobrança pela utilização dos recursos hídricos.....	220
13.1.1	Premissas do estudo da cobrança.....	220
13.1.2	Fundamentos da cobrança pelo uso da água	221
13.1.3	Conceito e objetivos da cobrança	222
13.1.4	Fato gerador e critérios da cobrança.....	224
13.1.5	Competência administrativa para efetuar cobrança.....	224
13.1.6	Natureza jurídica do produto da cobrança	225
13.1.7	Aplicação do produto da cobrança.....	227
13.1.8	Reflexões acerca da cobrança.....	231
13.2	Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).....	233
13.2.1	Serviços ambientais.....	234
13.2.2	O caso Catskill	238
13.2.3	Programa Produtor de Água (PPA)	241
14.	SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	245
14.1	Objetivos do sistema.....	248
14.2	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	249
14.3	Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal.....	252
14.4	Comitês de bacia hidrográfica.....	252
14.4.1	Área de Abrangência.....	253
14.4.2	Representação dos Comitês	253
14.4.3	Atribuições dos Comitês.....	255
14.4.4	Natureza jurídica	258
14.5	Órgãos dos poderes públicos.....	259
14.6	Agências de água e entidades delegatárias.....	260

14.6.1 Agência única.....	264
14.6.2 Processo de instituição das Entidades Delegatárias.....	264
14.6.3 Contrato de Gestão.....	266
14.6.4 Plano de Aplicação (PAP) e Plano de Execução Orçamentária Anual (POA)	268
14.7 Outros instrumentos de gestão de bacias interestaduais.....	269
14.8 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	269
14.9 Algumas reflexões sobre o SINGREH.....	270
BIBLIOGRAFIA	273
ÍNDICE REMISSIVO.....	281